



Estudante Lorhan Leal
Colégio Vitória- BA



Fazendo a análise da imagem acima, podemos perceber a crítica que essa pretende fazer, que é a retratação da condição de uma parcela significativa da população. Esta parcela da população vive em condições precárias de vida, sem acesso à saúde, educação e segurança. Além disso temos uma grande ineficiência por parte do estado que não cumpre o que deveria seu papel. Essa população precisa ser retirada dessa condição, e assim, alcançarmos uma sociedade “moderna”.

O texto ainda cita de forma indireta o Art. 6º da Constituição Federal, assim decaindo sobre o estado a responsabilidade do estado sobre mesmo, mostrando assim a irresponsabilidade do mesmo que não cumpre seu dever constitucional.

Considerando que a Constituição é a carta máxima de uma nação, incluindo-se responsabilidades que o Estado não é capaz de servir, acarretará em problemas para o mesmo, pois passa a ser responsável por coisas que não deveria, o que posteriormente irá causar transtornos a todos da nação.

É de extrema necessidade termos consciência da causa do problema, e se formos parar para analisar, podemos perceber que é a própria Constituição de 1988 e a CLT.

Carta del Lavoro foi uma norma italiana, vigente no governo de Mussolini, que inspirou a formação da legislação trabalhista de vários países, incluindo a do Brasil (CLT), o problema é que todos países que eram inspirados pela norma italiana já alteraram suas leis, menos o Brasil. Ou seja, a CLT é antiga, fascista e perdura até hoje. Um fato curioso, em 1988 foi sancionada toda a CLT imperando a visão



paternalista do Estado, provavelmente cheia de boas intenções, mas de consequências ruins para os trabalhadores e toda a sociedade brasileira.

A atual legislação trabalhista do Brasil não coopera com o trabalhador, isso é nítido, ela encarece o trabalhador e faz seu valor ser extremamente caro para o empregador (torna o mercado formal caro), o que leva a termos um grande mercado informal, desprovidos de muitos direitos. Em casos de dificuldade econômica, o trabalhador que recebe o salário mínimo é um dos primeiros a ser demitido, e o pior, o trabalhador não tem direito de decidir sobre o PRÓPRIO trabalho.

Concluimos assim que a CLT não pertence ao trabalhador apesar do mesmo usar, se pertencesse, o trabalhador poderia negociar seu contrato com o trabalho, dando liberdade. Ou seja, a CLT é um empecilho para o desenvolvimento e encarece o mercado formal.

Como dito anteriormente, o Estado Brasileiro é paternalista, podemos perceber isso com mais precisão ainda no Artigo 6º, nele, o governo é responsável por quase tudo que um cidadão precise, um dos problemas é o custo que para realização de tais funções, é repassado para o contribuinte, acarretando em uma das maiores cargas tributárias do mundo.

O Artigo 6º é chamado pelos juristas de *normas pragmáticas enunciativas*, ou seja, diz os direitos mas não diz como alcançá-los, virando uma verdadeira bagunça insustentável.

O governo ao se comprometer a cuidar da saúde, da alimentação, transporte, educação e da vida do cidadão, tirando indiretamente a responsabilidade do mesmo perante o mesmo, faz com que assuma um papel centralizado. Isto é insustentável e como dito anteriormente, custa caro ao cidadão.

É comprovado que quanto mais o Estado interfere na vida e na economia da nação, menos prospero é o país, como mostra a pesquisa feita pela Heritage Foundation, a partir desse estudo, mostra que os países em que menos se interfere em questões que não são de interesse do estado são os mais prósperos.

A partir da análise podemos concluir que é necessária uma reforma na CLT e uma reforma constitucional, o Estado deve ser menos paternalista e a CLT tem que deixar o trabalhador decidir sobre sua vida, flexibilizando as interações trabalhistas.